

Os limites do quebra-galho

No primeiro semestre deste ano, o governo vai cumprir, com folga, a meta de superávit primário acertada com o Fundo Monetário Internacional. É um resultado importante que ajudou a melhorar as expectativas em relação ao Brasil. Mas o acordo com o FMI é de três anos e há sinais de que a folga, já no segundo semestre, dará lugar a um novo aperto. São os limites do quebra-galho. O ajuste fiscal em vigor no País é sobretudo emergencial. Trata-se de uma combinação de aumento de impostos, taxas e contribuições de má qualidade – que distorcem a carga tributária e elevam o custo Brasil – com cortes de gastos em serviços públicos que já vinham a pão e água.

Além disso, o ajuste incluiu alguns truques, como esse de tentar ganhar R\$ 4 bilhões neste ano com a “conta-petróleo”. Como o preço do petróleo estava muito baixo no mercado internacional, imaginou-se que a Petrobrás, comprando óleo barato e vendendo aqui dentro os derivados mais caros (gasolina, diesel, gás), poderia fazer uma sobra a transferir ao governo federal.

A conta foi passada ao contribuinte, que já paga mais caro pelos combustíveis, mas infelizmente os produtores de petróleo, como era de se esperar, reagiram e já conseguiram aumentar seus preços. Assim, por culpa da Opep, o ajuste fiscal brasileiro per-

de os R\$ 4 bilhões, que precisa arrumar em outra conta.

Até aqui não houve problemas por causa de receitas extraordinárias e de um arrocho fortíssimo nas despesas do governo federal nos três primeiros meses do ano. Tão forte que os gastos já tiveram que ser elevados nos últimos meses. As receitas vieram de venda de concessões e de impostos atrasados, pagos de uma só vez por empresas que ganharam descontos para desistir de pendências judiciais. E já se sabe que as privatizações, ao longo do ano, não chegarão aos R\$ 27,8 bilhões previstos no acordo com o FMI.

Há outras perdas previstas. O Supremo Tribunal Federal deverá cortar pelo menos parte da receita prevista com a contribuição dos ativos e inativos do governo federal. É verdade que isso poderá ser compensado pelo próprio Supremo que, parece, se inclina a considerar constitucional a cobrança da Cofins sobre serviços de telecomunicações, energia elétrica, combustíveis e mineração. Observe-se o tipo de ajuste. Alivia a conta dos servidores federais – cuja Previdência é a maior fonte do déficit – e dá uma injeção na veia do custo Brasil, elevando o preço de



serviços de infra-estrutura, cujas tarifas já foram fortemente elevadas neste ano. Outro quebra-galho, pior ainda que os anteriores. Mas esse perde-ganha está longe das questões essenciais. O déficit do INSS, de R\$ 7,5 bilhões no ano passado, sobe para R\$ 10 bilhões em 1999. O déficit previdenciário do governo federal, de R\$ 19 bilhões no ano passado, será maior em 1999. Isso quer dizer que a reforma da Previdência feita até aqui também ela foi um quebra-galho. As leis regulamentando a reforma administrativa, especialmente a demissão de funcionários, ainda estão em processo de votação, de modo que só proporcionarão resultados no ano que vem – e isso se os governadores estaduais se dispuserem a agir em um ano eleitoral. O que é, convenhamos, improvável.

Isso significa que, para o final deste ano e o próximo, o ajuste fiscal está de novo na dependência de arranjos de ocasião. A conclusão veemente é que, mais do que nunca, o presidente Fernando Henrique Cardoso precisa definir, e logo, uma nova estratégia de reformas estruturais. Na verdade, uma nova agenda, a ser aplicada por um novo ministério. Neste momento, há três alas em seu governo,

Uma aposta na recuperação da economia no segundo semestre para relaxar e partir para uma política de expansão de gastos públicos, além de crédito ao setor privado. Conforme reportagem publicada pelo *Estado* ontem, os diversos ministérios já enviaram aos Ministérios da Fazenda e do Orçamento pedidos suplementares de R\$ 15 bilhões.

Outra ala se preocupa apenas em descobrir meios de tirar vantagem para as próximas eleições.

O ajuste fiscal em vigor no Brasil é antes de mais nada um ajuste fiscal de emergência

A terceira ala, aquela originalmente ligada ao Plano Real, se inquieta com as dificuldades fiscais. Parece que só em períodos de crise aguda o conjunto

do governo Fernando Henrique aceita que existe um problema de contas públicas no País.

Enquanto isso, o problema cresce. E, na falta de ajuste fiscal, a manutenção da estabilidade da economia fica por conta da política monetária. Ou seja, sem ajuste duradouro, caímos ou nos juros altos ou no dólar caro. Sem crescimento sustentado.

Quanto tempo para aprender isso?